



<http://dx.doi.org/10.30681/23588403v11i016376>

## “O SABOR DO SABER” À LUZ DO APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO

Data de recebimento: 28/06/2017

Aceite: 05/011/2017

Sandra KLAFKE (UFMS)<sup>1</sup>

Patrick Alif Fertrin BATISTA (UFMS)<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo parte da análise do aparelho formal da enunciação (BENVENISTE, PLGII, 2006), a fim de criar uma possibilidade discursivo-analítica que dê suporte à leitura da crônica “O sabor do saber”, de Rubem Alves (2005), publicada no jornal Folha de São Paulo. A análise proposta dá relevância para a relação do locutor com sua enunciação, destacando o próprio ato enunciativo, a situação e os instrumentos de realização do ato -os índices específicos e os procedimentos acessórios. De forma geral, a análise empreendida aponta que o locutor traz à tona a importância da compaixão em um mundo que carece dela, dando a palavra ao interlocutor para que este possa se assumir como sujeito, tomando para si o aparelho formal da enunciação para, de posse dele, enunciar, evocar a língua e subjetivar.

**Palavras-Chave:** Enunciação. Crônica. Subjetividade. Intersubjetividade.

**Abstract:** The present article starts from the analysis of the formal apparatus of enunciation (BENVENISTE, PLGII, 2006), in order to create a discursive-analytical possibility that supports the reading of the chronicle "The taste of knowledge", by Rubem Alves (2005), Published in the Folha de São Paulo newspaper. The proposed analysis gives relevance to the relation of the speaker with his enunciation, highlighting the enunciative act itself, the situation and the instruments of accomplishment of the act - the specific indexes and the accessory procedures. In general, the analyst points out that the speaker brings out the importance of compassion in a world that lacks it, giving the speaker the opportunity to assume the subject, taking the formal apparatus of enunciation for Possession of it, enunciate, evoke the language and subjectivate.

**Keywords:** Enunciation. Chronic. Subjectivity. Intersubjectivity.

### 1. Introdução

Este trabalho propõe uma possibilidade de análise para a crônica “O sabor do saber”, de Rubem Alves, sob a perspectiva da teoria enunciativa de Émile Benveniste. O texto “O aparelho formal da enunciação”, publicado pelo linguista francês em 1970, capítulo quinto dos “Problemas de Linguística Geral II”, será utilizado como norteador teórico-metodológico, por favorecer a análise, na crônica, do ato enunciativo (relação eu-tu), bem como de sua situação

<sup>1</sup> Pós doutoranda em Comunicação (PNPD/CAPES), na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Campo Grande/MS, Brasil; sandra\_klafke@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.



de realização e dos instrumentos linguísticos de que o locutor se vale para articular a enunciação.

É importante ressaltar que o termo enunciação é tratado neste texto como “[...] o ato de tornar fala a língua (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 42)”, portanto assume-se enunciação como “ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por um algum laço de sentimento, social ou de outro tipo (PLG II, p. 90)”, logo é modo de ação, de proposição do sujeito na língua, por meio de um processo de apropriação da própria língua. O locutor realiza este *ato-processo* “por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (PLGII, p. 84)”.

A execução desta proposta prevê, no primeiro item, tecer o entendimento acerca do que Benveniste traz como noção de índices específicos e de procedimentos acessórios; e, no segundo, observar a maneira como a relação entre a sintagmatização (procedimentos acessórios) e a semantização (produção de sentidos) engendra-se na enunciação do locutor. Frente ao que se propõe, é relevante destacar que os olhares lançados aqui sobre a teoria de Benveniste não buscam limitar seus pressupostos teóricos, pois tudo em Benveniste está para ser descoberto. O que se faz é uma espécie de “co-enunciação”, no sentido de enunciar *junto*, que visa construir um caminho que favoreça a observação do “aparelho formal” estabelecido pela teoria benvenistiana em comunhão com aquilo que o permitiu existir: o sujeito, em seus diferentes modos de agir e de se apropriar da língua.

## 2. Índices e procedimentos: breve apreciação

Em “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste (2005) afirma não conceber as condições de emprego das formas como idênticas às condições de emprego da língua, incluindo-as em “mundos diferentes”. O linguista explica que o emprego das formas tem dado lugar a um grande número de modelos, ainda que a diversidade das estruturas linguísticas não se deixe reduzir a um pequeno número de elementos fundamentais (formas). Já o emprego da língua, visto pelo autor como um “mecanismo total”, é um fenômeno que a afeta como um todo. Se afeta a língua como um todo, afeta também aquele que mobiliza a língua, o locutor. Por isso, a partir daqui, ele será tomado como ponto de partida para as explicações acerca dos índices específicos e dos procedimentos acessórios, objetos motivadores deste trabalho.



Benveniste (2005) considera que, para estabelecer comunicação, necessita-se de um ponto em comum, a partir do qual os homens<sup>3</sup> apreendam o sentido e a noção espaço-temporal constitutivos do enunciado. O locutor, para que se proponha como sujeito e estabeleça comunicação, apropria-se do aparelho formal da língua e, a partir daí, enuncia e enuncia-se.

A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar um locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (PLGII, p. 84).

*Porém, como se constitui o aparelho formal?* A construção do aparelho formal da enunciação é feita a partir da língua, dos arranjos que ela nos oferece como potenciais “instrumentos” comunicacionais, e a partir dos quais o locutor realiza o *ato-processo* enunciativo, operacionalizado (tal como explicitado na introdução) “por meio de índices específicos [...] e de procedimentos acessórios (PLGII, p. 84)”. Para a realização dos primeiros, o locutor precisa ser capaz de se propor enquanto sujeito e de implantar o outro diante si (relação EU-TU). Além das formas eu (aquele que enuncia) e tu (enunciatário), o autor francês nos apresenta os índices de ostensão (pronomes demonstrativos), os advérbios e as locuções adverbiais, incluindo-os também na categoria de índices específicos, pois os considera responsáveis por colocar o locutor em relação constante e necessária com a própria enunciação. Para Benveniste (2005), os pronomes demonstrativos atuam como uma classe de “indivíduos linguísticos”, pois “[...] nascem de uma enunciação, [...] são produzidos por este acontecimento individual e, se pode dizer, ‘semel-natif’<sup>4</sup>. Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo (p. 85)”.

Com relação à temporalidade da enunciação, o linguista sírio a considera como um índice específico. O linguista ensina que a linguagem não dispõe de outro tempo que não seja o tempo presente, ao argumentar que, mesmo quando evocamos o tempo passado, é no “seio presente” que o fazemos. A enunciação, cada vez única, reinventa a temporalidade a cada instância de uso da língua. As visões sobre o tempo são projetadas para trás e para frente a partir do tempo presente, e essa noção é parte da compreensão do aparelho formal:

<sup>3</sup> Homem: termo utilizado em sentido genérico e não de gênero.

<sup>4</sup> Latim: diz-se daquilo ou daquele que “aparece apenas uma vez”.



O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. [...] O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso e, a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo” (BENVENISTE, 1985, p. 85-86).

O locutor, ao apropriar-se da língua, enuncia o seu próprio tempo, sua experiência singular, e, ao instaurar um “tu”, com este “divide” a temporalidade de sua enunciação. No processo intersubjetivo, ofereço ao outro a possibilidade de (re)viver o tempo de minha enunciação. Desse processo de troca, o que ainda resta como parte de mim é a maneira como ofereço isso a ele, a maneira como me relaciono e me aproprio da língua para, em seguida, fazer com que o interlocutor se torne o receptor da temporalidade de minha enunciação (KLAFKE, 2016).

Dados os índices específicos de pessoa, tempo e espaço, parte-se para uma breve apreciação acerca do que pode ser considerado, de acordo com Benveniste (2005), procedimento assessório. Contudo, é importante salientar que o próprio termo nada tem a ver com “secundário”, mas sim com aquilo que tem a capacidade de assessorar, auxiliar, como se dará a ver na análise de o “Sabor do saber”.

Conforme apresentado, é o locutor a categoria responsável por apropriar-se da língua, apropriar-se do aparelho formal que ela dispõe e, em seguida, enunciar. Ele pode fazer uso da língua como um todo, ela está disponível para ele, e não só no que se refere aos índices específicos, mas também aos arranjos funcionais da língua. Contudo, tais estruturas (específicos e assessórios) se engendram, pois “implicam a própria semantização total da língua mediante sintagmatização (ARESI, 2012, p. 185)”. Esta informação é ratificada em Benveniste (2005), através da afirmativa: “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas (p. 86)”. Dessa forma, percebe-se que o locutor pode se valer do aparelho formal da língua para ir além da indicialização: ele pode também o fazer para influenciar o comportamento do “outro”.

A constante relação que o locutor mantém com sua enunciação, segundo o linguista sírio, permite-lhe arranjar diferentes funções, citam-se algumas: a interrogação, a intimação, a



negação como operação lógica e as modalidades formais, tais como os verbos. Tudo isso faz parte do aparelho formal da língua e, em conjunto com os chamados índices específicos, corrobora para que o locutor aparelhe a seu modo as formas que a língua oferece e a elas dê vida na e pela enunciação.

Sendo assim, a intenção é identificar quais são os elementos da língua que permitem ao locutor fazer uso dos mecanismos funcionais que ela oferece para a construção do sentido na situação de discurso proposta pela crônica de Ruben Alves. A análise a ser apresentada, certamente, é arranjada com base no quadro formal da enunciação, ou seja, será dada relevância para a relação do locutor com sua enunciação, destacando o próprio ato enunciativo, a relação do locutor com seu(s) interlocutor(es) e os caracteres formais da enunciação, isto é, o agenciamento dos recursos linguísticos e sua respectiva sintagmatização.

### 3. Uma análise possível para “o sabor do saber”

Na crônica “O sabor do saber”, publicada no ano de 2005, Rubem Alves aborda uma temática atemporal: a compaixão. O locutor abre o texto com um ditado da sabedoria judaica sobre “sentimento”, seguido por uma interpretação psicanalítica sobre o mesmo assunto, que acaba por desembocar na própria experiência do enunciador com o tema. Dessa maneira, convoca para diante de si um alocutário que, frente ao título, sente-se motivado por descobrir de que maneira seria possível atribuir um “sabor” (sensorial) ao “saber” (cognitivo).

Contudo, não é somente isso que desperta o interesse dos interlocutores. Diferentes leitores são atraídos pela crônica, pois, no primeiro parágrafo, suscitam-se conhecimentos de áreas diversificadas, diria, até mesmo, dicotômicas: sabedoria judaica (religião) e psicanálise (ciência). Mesmo atraindo olhares de mundos diferentes e podendo captar leitores diversificados, o locutor os faz convergir para um ponto comum no momento em que os apresenta sua própria experiência: “Acontece comigo. Cada texto é uma revelação do coração de quem escreve (linhas 08-09)”; pois os motiva, assim como ele faz, a olhar para dentro de si mesmos, para “dentro de seus próprios corações”. Antes de tomar a língua para si, o locutor transpôs a barreira subjetiva, propôs-se como sujeito e instaurou um “tu” diante de si. A subjetividade que advém da relação entre homem e linguagem, e é determinada na língua no momento em que o locutor ocupa seu lugar no mundo e remete a si mesmo (“EU”) em seu discurso, é notadamente marcada por “acontece comigo”. Aqui, o locutor requereu para si,



também, o estatuto de verdade dos fatos a serem apresentados, pois a forma verbal afirmativa marca não apenas ação, mas ação recorrente.

Os índices específicos marcadores do tempo presente indicam que, mesmo tendo sido escrito no ano de 2005, o texto ainda é bastante atual, pois a temática da compaixão é tema atual e recorrente em nossa sociedade. Ressalta-se, também, que o locutor faz uso dos tempos passado e futuro paralelamente ao uso do tempo presente, tal como será, a partir deste momento, explicitado. A análise, do segundo parágrafo em diante, segue a noção de índices e de procedimentos elaborada por Benveniste em “O aparelho formal”, e busca evidenciar a maneira como o locutor se movimenta e se apropria do aparelho, a fim de envolver o alocutário em sua enunciação.

Feita a abertura do texto, o universo semântico delineado pelo locutor deixa claro que a compaixão será abordada a partir do ponto de vista do locutor e de sua experiência pessoal, o segundo parágrafo vem para ratificar e para justificar a importância do ato enunciativo que está sendo construído, através do discurso direto motivador da escrita da crônica: “Vovô, quando eu vejo uma pessoa sofrendo, eu sofro também. O meu coração fica com o coração dela (linhas 08-09)”. Embora o discurso direto seja, muitas vezes, um recurso utilizado pelo locutor como forma de se eximir de responsabilidade sobre algum ponto de vista, nesse caso ele funciona de outra maneira: ao trazê-lo na voz de uma inocente criança (na linha 05, a idade é informada: 11 anos) o locutor consegue, mais uma vez, fazer convergir ambos os pontos de vista apresentados no primeiro parágrafo: religião e ciência. Não importa a filiação do interlocutor, porque o discurso direto corrobora para que o texto siga sem “conflito entre mundos” (e/ou juízos de valor), pois este foi mediado pela candura da percepção infantil acerca da compaixão. Tal estratégia de persuasão prepara o interlocutor para que o enunciador possa apresentar seu próprio ponto de vista sobre o sentimento de compaixão, no próximo parágrafo.

No terceiro parágrafo, o locutor desloca-se no tempo (“percebi”) de sua enunciação, e se coloca junto à neta de 11 anos, no momento em que ela proferiu o discurso direto antes apresentado. Isso se dá por meio de pretérito perfeito (marca modal epistêmica de “saber/certeza), índice que dá ainda mais veracidade ao fato, visto que a temporalidade expressa pelo verbo marca uma situação de ocorrência recente. Na linha 11, a opinião do locutor é apresentada, após o resgate etimológico (científico) do termo compaixão, que, segundo ele, significa “sofrer com”: “Não estou sofrendo, **mas** vejo uma pessoa sofrer” (linha 11). O uso de *mas* refutativo é ratificado logo após seu uso: “Aí, eu sofro com ela (linha 12)”. E o argumento, já assegurado pelo ponto de vista científico, flui por outro viés: “O apóstolo Paulo escreveu que posso dar tudo o que tenho aos pobres, **mas**, se me faltar o amor, nada serei, porque posso dar



com as mãos sem que o coração sinta (linhas 13-14)”. O *mas*, nesse caso, é argumentativo, pois carrega consigo a noção de que os gestos de si para com os outros não devem ser apenas “ações”, mas expressões de sentimento de compaixão. A ideia contida contida nesse trecho, portanto é a de que é preciso se colocar no lugar do outro, sentir o que ele sente: para sentir compaixão é necessário que o ser humano seja empático.

Aquilo que foi construído acerca da compaixão é confirmado no parágrafo quarto, através da expressão “A compaixão é maneira de sentir” (linha 15). E a partir deste parágrafo, entra uma nova perspectiva, diferente da ciência e da religião, talvez, algo que, da forma como foi trazido pelo locutor, reside um pouco em cada ponto de vista (religião e ciência): é o discurso direto de Santo Agostinho (filósofo, bispo e teólogo cristão) sobre a compaixão: “Ama e faze o que quiseres (linha 16)”. Eis que aqui reside não só o ponto de vista sobre a compaixão, mas também um requerimento ético (atinge a subjetividade do interlocutor, estimulando-o a entrar na cadeia discursiva e a comprometer-se com a realidade discursiva criada pelo texto), já marcado pelo locutor no início desse parágrafo.

A citação direta é seguida de: “Pois não é óbvio (linha 16)?”; interrogação estrategicamente lançada para que o interlocutor se sinta convocado e com a obrigação de refletir sobre o que está sendo exposto, ao mesmo tempo em que se depara com a hipótese do locutor: “Se tenho [aqui, “eu” é igual a “nós”- grifo meu] compaixão, nada de mau poderei fazer a quem quer que seja (linhas 17-18)”. Com essa construção, ao mesmo tempo em que o locutor suscita o posicionamento do interlocutor, ele o direciona, pois é como dissesse: “se você é uma pessoa boa, você sente compaixão”.

O quinto parágrafo é reservado, assim como o anterior, para um argumento confortável para os “dois mundos” enunciados na abertura do texto. Fernando Pessoa, poeta lusitano, em discurso direto, é convocado a dar seu parecer acerca da compaixão, bem como para corroborar com a tese que está sendo construída sobre a compaixão enquanto capacidade de se colocar no lugar do outro. O dizer do poeta é a chave para que o sexto parágrafo seja iniciado, e nele o locutor diz já conhecer a compaixão anunciada por Pessoa, e, via “mas” argumentativo, diz que é a primeira vez que ela o acomete a ponto de fazer seu peito doer. A dor a que se refere o enunciador é a dor que ligou a compaixão descrita pela neta aos homens detentores de saberes, e questiona: “Tendo tantos saberes, o que lhes falta? – ao que responde – Falta-lhes compaixão (linhas 27-28)”.

O jogo do locutor foi o de conduzir o pensamento do alocutário, até então preso ao imaginário do poeta, para um campo mais concreto, daí a localização espacial (“Brasil”), mais uma vez a fala da criança (expressão da inocência) e a menção aos escândalos políticos de nosso



país (esfera da vida cotidiana, prática, “concreta”). Sob esse prisma, pode-se dizer que a expressão da individualidade do enunciador está ligada a um duplo universo de significação, ou seja, tanto a sua compreensão moral (modal deôntico: subjetivo) sobre o mundo e sobre seu universo de valores quanto sobre o universo de valores manifesto pela sociedade (modal deôntico: consciência externa) na qual está inserido.

Aproveitando que alocutário teve um exemplo prático, através da postura dos “corruptos”, do que é não ter compaixão, o parágrafo sétimo apresenta diferentes sentenças nessa mesma direção. Nelas o enunciador mostra distintas situações da vida cotidiana em que a compaixão deveria existir, mas não existe. A contraposição é realizada via conjunção adversativa “mas”, para enfatizar o argumento de contrariedade. Toda movimentação enunciativa culmina, já no parágrafo oito, na inquirição: “De que vale o conhecimento sem compaixão (linha 36)?” Mais uma vez o interlocutor é chamado a opinar, contudo, há uma reviravolta no que estava sendo conduzido de maneira branda: os pontos de vista científico e religioso. Na linha 36 há uma forte marca do posicionamento do locutor, que (embora não se filie ao ponto de vista da religião) questiona a postura daqueles que detém o saber. Ele caracteriza a postura dos últimos como “atrocidades” e acusa o conhecimento científico, na linha 37, de ser cúmplice dos que não têm compaixão. “Parece que a inteligência dos maus é mais poderosa que a inteligência dos bons (linhas 37-38)”. O verbo parecer entra aqui como “suavizador” daquilo que foi dito antes, e até mesmo para atenuar o que é dito depois, onde está claro o ponto de vista de que os maus “podem” ser mais inteligentes do que os bons, mas a compaixão está reservada apenas aos últimos.

Não se sentindo mais na obrigação de agradar aos dois interlocutores suscitados no início da crônica, a voz do enunciador inclui, em sua enunciação, por meio da forma verbal “sabemos”, o interlocutor que ainda o acompanha. Desta maneira, o parágrafo nove inicia com a afirmação: “Sabemos como ensinar saberes (linha 39)”. E segue: “[...] Não me lembro, no entanto, de nenhum texto pedagógico que se proponha a ensinar compaixão (linhas 39-40)”. O locutor inclui a si e ao interlocutor no “saber ensinar saberes”, mas não inclui a si mesmo no quesito “ensinar compaixão”. O uso de “no entanto” como articulador desse enunciado restringe/limita, claramente, a incapacidade que o locutor acredita ter para ensinar compaixão. Dessa maneira, ele faz com que seu interlocutor volte para dentro de si, e se questione acerca de sua própria capacidade para ensinar compaixão.

De sua incapacidade para ensinar compaixão, o locutor lança a interrogação, no parágrafo dez: “Como ensinar a compaixão (linha 43)”. Contudo, ele já tem a resposta. E esta é dada por meio de uma narrativa curta. Ao contrário do primeiro parágrafo, quando ainda





estava “captando” a atenção e a confiança do interlocutor, aqui, não existe mais essa necessidade: o interlocutor está/estarão com ele até as linhas finais. A confiança do locutor evidencia-se porque, agora, o discurso acerca da compaixão se dá de maneira indireta, entremeado as palavras dele com a história trazida para elucidar como se ensina o sentimento de compaixão. Diferentemente do capítulo primeiro, não há mais a necessidade de apelar para o discurso pueril, a fala indireta é a de um adulto (narrando um fato passado, da infância), e isso não mais prejudica o conteúdo da inserção narrativa.

No parágrafo final, o locutor, após ter dado uma verdadeira “aula” sobre a compaixão, através das construções iniciada pela primeira pessoa do tempo presente - “**Sei** que as crianças aprendem com um olhar especial [...] **Sei** também que as histórias provocam compaixão quando o leitor se identifica com um personagem (linhas 49-52)”- mostra saber como e quais são os caminhos para ensiná-la. Feio isso, ele suscita ao interlocutor que se posicione: “Lemos histórias para as crianças e para nós mesmos não só para ensinar a nossa língua, mas também para ensinar a compaixão. Mas continuo perdido. Preciso que vocês me ajudem. Como se pode ensinar a compaixão? (linhas 52-56)”. Toda enunciação, tal como ensina Benveniste (2005) suscita uma enunciação de retorno. É isso que ocorre aqui, o locutor não quer ser responsável por simplesmente “plantar” ideias na mente do interlocutor. Por certo, a intenção do texto foi “levantar a bandeira” acerca da importância da compaixão em um mundo que carece dela. Quando o locutor se diz “perdido”, dá a palavra ao interlocutor para que ele assuma sua posição enquanto sujeito, ocupe a “casa” de quem fala (“EU”), apresentando seu ponto de vista sobre o assunto e tonando, aquele que antes falava, um “TU” para si.

#### 4. Considerações finais

A análise que aqui se propôs teve a intenção de seguir aquilo que o linguista Valdir Flores *et al* (2008) entende por sintaxe enunciativa. Para ele, nos termos da linguística da enunciação, o termo sintaxe está mais para *atualização*, tendo por pano de fundo a noção de língua em uso, a noção de palavras em convívio com outras palavras. “[...] esta ‘sintaxe promovida pelo sujeito que atribui referência se ‘molda’ à ‘ideia’, de maneira que o enunciado,



singular e único, apresente também uma arranjo singular e único (p. 72-73)”. Essa visão, para o autor, advém da necessidade de o sentido requerer uma ‘sintaxe’ que organize as palavras utilizadas pelo sujeito no processo de expressão de suas ideias.

Desta maneira, conclui-se que a análise realizada cumpriu com seus objetivos porque permitiu que se observasse que índices específicos e procedimentos acessórios são interdependentes no processo de formação do sentido. O aparelho formal ilustrado por Benveniste é representativo da língua e por meio dele agenciamos (a cada nova enunciação) não só as estruturas (formas) que ela nos oferece, mas também os arranjos linguísticos que nos permitem semantizá-la. O locutor em relação com seu dizer subjetiva a língua como um todo, atribuindo matizes expressivos e referenciais capazes de moldar o sentido daquilo que diz de maneira singular e irrepetível, de acordo com a instância discursiva na qual se inscreve sua enunciação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Sabor do saber**. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 27 set. 2005, p. 22.

ARESI, F. Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste: uma exegese de ‘O aparelho formal da enunciação’. **Dissertação de Mestrado**. Orientação: Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ARESI, F. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVEL**, v. 9, n. 16, mar. 2011.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In.: **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 2005.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.



FLORES, V. N.; SILVA, S.; LICHTENBERG, S. WEIGERT, T. **Enunciação e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2005.

KLAFKE, S. R. “Da (re)criação enunciativa da experiência humana: a fotografia como testemunho”. [Tese]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, RS, 2016.

MELLO, V. H. D. A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto. **Tese de doutorado**. Orientação: Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: UFRGS, 2012.



## ANEXO 1 – “O SABOR DO SABER”

O sabor do saber<sup>5</sup>

Rubem Alves

1 "A boca fala do que está cheio o coração": esse é um ditado da sabedoria judaica que se  
2 encontra nas escrituras sagradas. Bem que poderia ser a explicação sumária daquilo que a  
3 psicanálise tenta fazer: ouvir o que a boca fala para chegar ao que o coração sente. Acontece  
4 comigo. Cada texto é uma revelação do coração de quem escreve. **Pois** o meu coração ficou  
5 cheio com uma coisa que me disse minha neta Camila, de 11 anos. O que ela falou fez meu  
6 coração doer. Como resultado, fico pensando e falando sempre a mesma coisa.

7 A Camila estava na sala de televisão sozinha, chorando. Fui conversar com ela para  
8 saber o que estava acontecendo. E foi isto que ela me disse: "Vovô, quando eu vejo uma pessoa  
9 sofrendo, eu sofro também. O meu coração fica com o coração dela".

10 Percebi que o coração da Camila conhecia aquilo que se chama "compaixão".  
11 Compaixão, no seu sentido etimológico, quer dizer "sofrer com". Não estou sofrendo, **mas** vejo  
12 uma pessoa sofrer. Aí, eu sofro com ela. Ponho o outro dentro de mim. Esse é o sentido do  
13 amor: ter o outro dentro da gente. O apóstolo Paulo escreveu que posso dar tudo o que tenho  
14 aos pobres, **mas, se** me faltar o amor, nada serei, porque posso dar com as mãos sem que o  
15 coração sinta.

16 A compaixão é uma maneira de sentir. É dela que brota a ética. Alguém foi se aconselhar  
17 com Santo Agostinho sobre o que fazer numa determinada situação. Ele respondeu curto e  
18 definitivo: "Ama e faze o que quiseres". **Pois** não é óbvio? **Se** tenho compaixão, nada de mau  
19 poderei fazer a quem quer que seja.

20 Fernando Pessoa escreveu um curto poema em que descreve a sua compaixão. Por favor,  
21 leia devagar: "Aquele arbusto fenece, e vai com ele parte da minha vida. Em tudo quanto olhei  
22 fiquei em parte. Com tudo quanto vi, **se** passa, passo. Nem distingue a memória do que vi do  
23 que fui". Compaixão por um arbusto... Ele explica esse mistério da alma humana dizendo que

---

<sup>5</sup> Crônica publicada na Folha de São Paulo, em 27 set. 2005. Disponível em  
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/sinapse/sa2709200515.htm>



24 "em tudo quando olhei fiquei em parte. Com tudo quanto vi, **se** passa, passo...". Os olhos,  
25 movidos pela compaixão, o faziam participante da sorte do pequeno arbusto.

26 Eu já sabia disso, **mas** nunca havia enchido o meu coração a ponto de doer. Doeu porque  
27 liguei a fala da Camila a essa tristeza que está acontecendo no Brasil. Os corruptos são homens  
28 que passaram pelas escolas, são portadores de muitos saberes. Tendo tantos saberes, o que lhes  
29 falta? Falta-lhes compaixão.

30 A falta de compaixão é uma perturbação do olhar. Olhamos, vemos, **mas** a coisa que  
31 vemos fica fora de nós. Vejo os velhos e posso até mesmo escrever uma tese sobre eles, **se** eu  
32 for um professor universitário, **mas** a tristeza do velho é só dele, não entra em mim. Durmo  
33 bem. Nossas florestas vão aos poucos **se** transformando em desertos, **mas** isso não me faz sofrer.  
34 Não as sinto como uma ferida na minha carne. Vejo crianças mendigando nos semáforos, **mas**  
35 não me sinto uma criança mendigando em um semáforo. Vejo os meus alunos nas salas de  
36 aulas, **mas** meu dever de professor é dar o programa e não sentir o que os meus alunos estão  
37 sentindo.

38 De que vale o conhecimento sem compaixão? Todas as atrocidades que caracterizam os  
39 nossos tempos foram feitas com a cumplicidade do conhecimento científico. Parece que a  
40 inteligência dos maus é mais poderosa que a inteligência dos bons.

41 Sabemos como ensinar saberes. Há muita ciência escrita sobre isso. Não me lembro, no  
42 entanto, de nenhum texto pedagógico que **se** proponha a ensinar a compaixão. Talvez o livrinho  
43 "Como Amar uma Criança", do Janusz Korczak, mas Korczak é uma exceção. Ele sabia que,  
44 para ensinar algo a uma criança, é preciso amá-la primeiro. Korczak era um romântico. Por isso  
45 o amo.

46 Aí, fiz a mim mesmo uma pergunta pedagógica: "Como ensinar a compaixão?".  
47 Conversando sobre isso com minha filha Raquel, arquiteta, ela se lembrou de um incidente dos  
48 seus primeiros anos de escola, quando ainda era uma menina de sete anos. Seria o aniversário  
49 da faxineira, uma mulher que todos amavam. A classe **se** reuniu para escolher o seu presente.  
50 Ganhou por unanimidade que, no dia do seu aniversário, as crianças fariam o seu trabalho de  
51 faxina. Disse-me a Raquel que a faxineira chorou.

52 Sei que as crianças aprendem com um olhar especial, o olhar de suas professoras. Elas  
53 sabem quando as professoras as olham com os mesmos olhos com os quais Fernando Pessoa  
54 olhava o arbusto quando escreveu o poema. Sei também que as histórias provocam compaixão  
55 quando o leitor **se** identifica com um personagem. Sei de um menino que **se** pôs a chorar ao  
56 final da história "O Patinho que Não Aprendeu a Voar". Ele teve compaixão do patinho.  
57 Identificou-se com ele. Vai carregar o patinho dentro de si, **embora** o patinho não exista. Lemos



58 histórias para as crianças e para nós mesmos não só para ensinar a nossa língua, **mas também**  
59 para ensinar a compaixão. **Mas** continuo perdido. Preciso que vocês me ajudem. Como **se** pode  
60 ensinar a compaixão?